

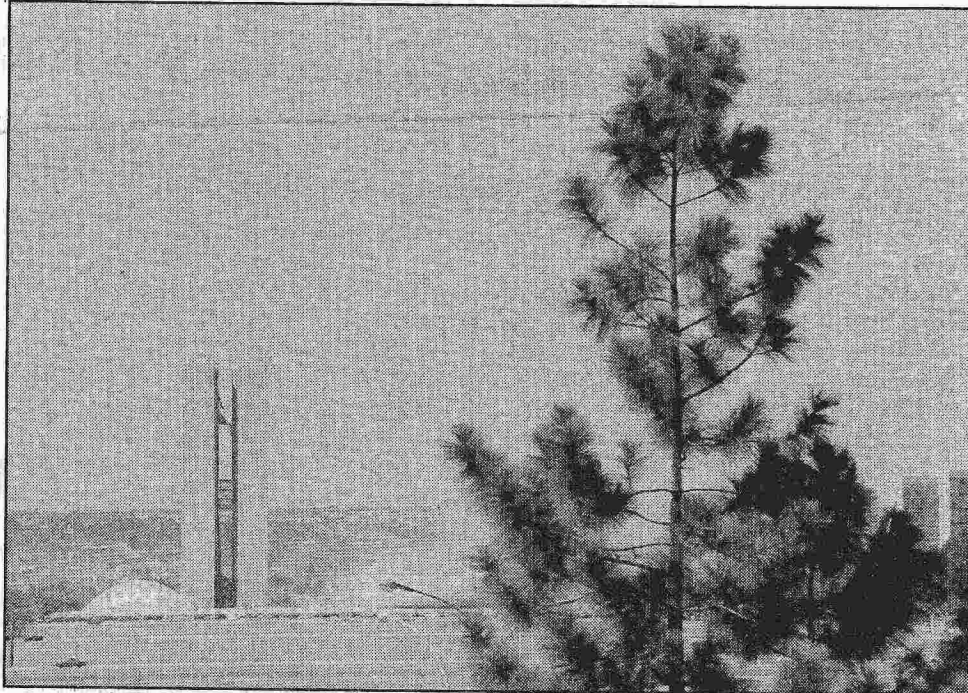
Modernismo deu o tom da criação

Ana Maria Fernandes

A criação de Brasília, como uma capital planejada, foi implementada no bojo de renovações urbanas em larga escala, realizadas mundialmente, nos anos 50 e 60, no espírito do alto modernismo, e de um projeto desenvolvimentista para o Brasil. Estes projetos expressavam uma tensão entre internacionalismo e nacionalismo, universalismo e política de classe, e refletiam a era da máquina e do automóvel, coincidindo, no Brasil, com o impulso dado à indústria automobilística. O morador da cidade foi pensado como um ser motorizado e não como um transeunte-pedestre. A desigualdade, ou o controle espacial da mesma, mesmo que não tenha sido planejado, concretizou-se em Brasília, na forma de um apartheid econômico bastante efetivo: a pobreza fica nas cidades dormitórias a vários quilômetros de distância do plano piloto imaculadamente limpo.

Brasília foi implementada como forma de interirização e integração nacional. Parece ter cumprido bem este papel. Foi idealiza, entretanto, apenas como cidade administrativa. Este papel parecia suficiente na década de 60, e continua sendo nas duas décadas posteriores. No paradigma da modernidade a referência é o estado-Nação, e Brasília despontava como o pólo aglutinador deste estado

DIDA SAMPAIO



Moderna e revolucionária, Brasília deu uma sacudida no País, virando referência nacional

com um território imenso e diferenciado, como o possível ponto de encontro dos dois Brasis.

Atualmente, novos papéis e desafios são colocados a Brasília-DF. Como unidade da federação, autônoma política e administrativamente, busca-se também uma autonomia econômico-financeira para a cidade, ou uma vocação econômico-produtiva. Vários debates e iniciativas têm sido orientados nesta direção.

Como capital, sede do poder federal, tem sido atribuído à Brasília todos os males da República, com o argumento de que o poder afastou-se do povo, do clamor popular. Ironicamente, a população do Distrito Federal cresceu bem além do que

foi planejado, se bem que é fato, que as linhas arquitetônicas da cidade, na sua grandiosidade espacial, isola os edifícios-sede do poder dos poucos locais nos quais circulam os transeuntes da "cidade". Mas a correlação estabelecida entre ausência de povo e o conteúdo da política, do poder e das decisões, ou o determinismo ambiental da corrupção, parece conter uma forte dose de ingenuidade e de omissão de responsabilidade. Os homens e mulheres que ocupam os edifícios e tomam as decisões são representantes dos vários estados brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, em contato constante com suas bases eleitorais (veja, pela televisão, as cenas constante do plenário do

Congresso Nacional vazio). Brasília apenas acolhe, por poucos dias durante a semana, nos apartamentos funcionais, estes representantes de todos os Brasis. Pode-se acrescentar que as sedes dos órgãos formadores da opinião pública brasileira não estão em Brasília, e nem sequer a sede da formação de uma moral e de uma ética nacional.

O planejamento e controle espacial da desigualdade trouxe muita tranquilidade ao Plano Piloto, mas já não é como antes. O Metrô surge como uma ameaça à promoção do estreitamento da convivência entre os menos e os mais privilegiados moradores do DF. Acena-se também com a extinção do DF. Preservar-se-ia, assim, a Ilha da Fantasia? O espaço urbano grandioso não tem muitas possibilidades de ser reformulado, por ser patrimônio histórico da humanidade, e os vazios são preenchidos por atividades efêmeras como o eixão do lazer ou o aberto de tênis. Brasília, ou até mesmo o DF, possui uma qualidade e um custo de vida mais elevados do que outras capitais brasileiras, mas partilha com estas vários problemas: alta taxa de desemprego, crescimento da violência, baixa qualidade de serviços públicos, como saúde e educação, e alta taxa de acidentes de trânsito. Portanto, são problemas comuns ao nosso grande Brasil, e só serão resolvidos, talvez, no bojo de um outro projeto, quem sabe pós-moderno, e que não terá, certamente como o único responsável, o Estado. É chegado o momento de criação de uma cidadania econômico-política e responsável para a solução dos problemas das cidades, assim como do campo, do presente, assim como do futuro, e de todos os brasileiros, principalmente pela extinção da fome, da miséria, da ignorância e não mais, e apenas, pelo controle espacial da exclusão social.

Ana Maria Fernandes é doutora em sociologia pela Universidade de Oxford e professora na Universidade de Brasília (UnB)